

ÍNDICE

	Pág.
ABREVIATURAS	5
MODO DE CITAR	11
NOTA À 11ª EDIÇÃO	13

INTRODUÇÃO

1. Objeto do direito industrial	17
1.1. As diferentes propostas	17
1.2. Perspetiva adotada	21
2. Razão de ordem	26
3. Natureza jurídica do direito privativo industrial	27
3.1. As posições em confronto	27
3.2. Posição adotada	31

PARTE I PATENTES DE INVENÇÃO

CAPÍTULO I. OBJETO DE PATENTE	37
1. Introdução	37
2. Objeto	42
2.1. Noção de invenção	42
2.2. Requisitos do objeto	43
2.3. Casos especiais de patenteabilidade	60
2.4. Invenções biotecnológicas (síntese)	65

	Pág.
3. Requisitos de patenteabilidade	67
3.1. Novidade	67
3.2. Atividade inventiva	70
3.3. Suscetibilidade de aplicação industrial	72
CAPÍTULO II. AS VIAS DE PROTEÇÃO DA INVENÇÃO	75
1. As vias nacional, europeia e internacional	75
1.1. A via nacional de proteção	75
1.2. A via europeia de proteção (sem efeito unitário e com efeito unitário)	84
1.3. A via internacional de proteção	90
CAPÍTULO III. O DIREITO DE PATENTE	93
1. Âmbito de proteção	93
2. Doutrina dos equivalentes	101
3. Direitos conferidos pela patente	112
3.1. Limites ao direito de patente	114
4. Condições de utilização	118
4.1. Obrigatoriedade de exploração	118
4.2. Licenças obrigatórias	119
5. Transmissão e licença de patente	123
5.1. Transmissão	123
5.2. Licença	126
6. Invalidade da patente	129
6.1. Nulidade	129
6.2. Anulabilidade	133
7. Certificado complementar de proteção para medicamentos e produtos fitofarmacêuticos	134

PARTE II DESENHOS OU MODELOS

Introdução	143
1. Noção de desenho ou modelo	144
2. Noção de produto	146
3. Requisitos de proteção	147
3.1. Novidade	147
3.2. Carácter singular	148

	Pág.
4. Exclusões específicas de proteção	152
4.1. As formas técnicas	152
4.2. As interconexões	154
5. Direito ao desenho ou modelo	155
6. Direito de prioridade	156
7. Processo de registo nacional	157
8. Conteúdo do direito registado	160
9. Limitações ao direito	161
10. Esgotamento do direito	161
11. Extinção do direito registado	162
12. Desenho ou modelo e direito de autor	164
13. Desenho ou modelo e direito de marcas	169
14. Desenho ou modelo comunitário	171
15. Registo internacional de desenho ou modelo	173

PARTE III MARCAS

CAPÍTULO I. FUNÇÃO JURÍDICA DA MARCA	179
Introdução	179
1. Função distintiva	180
1.1. Significado clássico (originário e redimensionado)	180
1.2. Significado atual (redefinição)	183
2. Função de qualidade	186
3. Função publicitária	187
CAPÍTULO II. AQUISIÇÃO DO DIREITO DE MARCA	193
Introdução	193
1. O Registo	197
1.1. Sistema de controlo	197
1.2. Natureza jurídica do ato final de registo e do recurso deste ato	199
CAPÍTULO III. PROIBIÇÕES ABSOLUTAS AO REGISTO DA MARCA	203
§. Justificação	203
1. Marca composta por sinal não possível	204
1.1. Marca constituída exclusivamente pela forma ou por outra característica imposta pela natureza do produto, necessária à obtenção de um seu resultado técnico ou que lhe confira valor substancial	207

	Pág.
2. Marca sem capacidade distintiva	216
2.1. Marca composta por sinal genérico, descritivo, usual e fraco	216
2.2. <i>Secondary meaning</i>	231
3. Falta de legitimidade para registar	235
4. Marca composta por sinais distintivos do Estado, Municípios ou de outras Entidades Públicas ou Particulares, Nacionais ou Estrangeiras, por emblema e denominação da Cruz Vermelha ou de outros organismos semelhantes e por outros sinais abrangidos pelo artigo 6 ^{o-ter} da CUP	241
5. Marca composta por sinais de elevado valor simbólico	243
6. Marca composta por expressões ou figuras contrárias à lei, moral, ordem pública e bons costumes	243
7. Marca enganosa	245
8. Marca composta por sinais ou indicações que contrariem o disposto na legislação nacional, na legislação da União Europeia ou em acordos internacionais de que a UE ou o Estado Português seja parte, que conferem proteção a denominações de origem ou indicações geográficas	247
9. Marca composta por sinais ou indicações que contenham, em todos ou alguns dos seus elementos, menções tradicionais para o vinho que se encontrem protegidas pela legislação da União Europeia ou por acordos internacionais de que a UE seja parte	250
10. Marca composta por sinais ou indicações que contenham, em todos ou alguns dos seus elementos, especialidades tradicionais garantidas que se encontrem protegidas pela legislação da União Europeia ou por acordos internacionais de que a UE seja parte	252
11. Marca composta por sinais ou indicações que contenham, em todos ou alguns dos seus elementos, denominações de variedades vegetais que se encontrem protegidas pela legislação da União Europeia ou por acordos internacionais de que a UE seja parte	253
12. Marca cujo pedido de registo seja efetuado de má-fé	254
 CAPÍTULO IV. PROIBIÇÕES RELATIVAS AO REGISTO DA MARCA	 259
1. Marca que seja reprodução ou imitação de marca anteriormente registada	259
1.1. Requisitos de imitação	261
1.2. Perfil do consumidor	272
1.3. Outros aspetos	273
2. Marca confundível com logótipo de terceiro	275
3. Marca composta por sinais confundíveis com denominação de origem ou indicação geográfica protegida pela legislação nacional, da União Europeia ou de acordos internacionais de que a UE seja parte	276

	Pág.
4. Marca composta por sinais que constituam infração de outros direitos de propriedade industrial e de direitos de autor	278
5. Marca composta por nomes individuais ou retratos de outrem	279
6. Marca cujo registo seja suscetível de constituir um ato de concorrência desleal	282
7. Marca de agente sem autorização do titular	285
8. Marca que seja imitação de embalagens ou rótulos não registados	285
9. Marca que seja reprodução ou imitação de marca notória	286
10. Marca conflituante com marca de prestígio	292
CAPÍTULO V. LIMITAÇÕES AO DIREITO DE MARCA	301
1. Introdução	301
2. Esgotamento do direito de marca	302
2.1. Noção	302
2.2. Jurisprudência da União Europeia	305
3. Uso descritivo da marca	324
CAPÍTULO VI. TRANSMISSÃO, LICENÇA E <i>MERCHANDISING</i> DE MARCA	331
1. Transmissão de marca	331
2. Licença de marca	333
3. <i>Merchandising</i> de marca	337
CAPÍTULO VII. CANCELAMENTO DO REGISTO	347
1. Invalidez	347
1.1. Nulidade	348
1.2. Anulabilidade	349
1.3. Regime jurídico de invalidez	350
2. Caducidade	353
2.1. Falta de uso sério da marca	353
2.2. Conversão da marca na denominação usual do produto ou serviço	362
2.3. Uso enganoso da marca	364
CAPÍTULO VIII. MARCA DA UNIÃO EUROPEIA E REGISTO INTERNACIONAL DE MARCAS	369
1. Marca da União Europeia	369
1.1. Introdução	369
1.2. Regime jurídico	370

	Pág.
1.3. Marca da União Europeia <i>versus</i> marca nacional	373
1.4. Sistema de recursos e ações judiciais	374
2. Registo Internacional de Marcas	375
2.1. Acordo de Madrid de 1891	375
2.2. Protocolo Referente ao Acordo de Madrid de 1989	377

**PARTE IV
OUTROS DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

1. Modelos de utilidade	381
2. Logótipos	388
3. Denominações de origem e indicações geográficas	393

**PARTE V
CONCORRÊNCIA DESLEAL**

1. A origem e evolução do instituto	403
2. O Direito Português	410
3. Ato desleal de concorrência	411
3.1. Ato de concorrência	412
3.2. Contrário a normas e usos honestos	415
3.3. De qualquer ramo de atividade económica	416
4. Tipologia de atos desleais	417
4.1. Atos de confusão	418
4.2. Atos de descrédito	421
4.3. Atos de aproveitamento	422
4.4. Atos enganosos	423
5. Atos desleais atípicos	425
6. Natureza jurídica da concorrência desleal	426
§. Autonomização do ilícito da violação dos segredos comerciais	427

BIBLIOGRAFIA	435
--------------	-----